

JULHO - 2026

MARÉ

DE NOTÍCIAS

EDIÇÃO
ESPECIAL

EDIÇÃO
169

DÉCADAS DE LUTA COMEÇAM A DAR RESULTADO

Após anos de reivindicações dos moradores, Maré recebe uma das maiores obras de saneamento de sua história para enfrentar problemas históricos de água e esgoto.

Foto: Gabi Lino

A MEMÓRIA RESISTE

Oito anos após a morte de Marcus Vinícius, caso que se tornou símbolo da violência policial na Maré, família ainda enfrenta barreiras para obter reparação.



PÁG. 8

Foto: Patrick Marinho

DA MARÉ PARA O MUNDO

Jovens da Escola Livre de Dança integram um dos principais festivais de artes cênicas realizado em Avignon, na França.



PÁG. 12

Foto: Douglas Lopes

EDITORIAL

Depois de um período sem circular, a versão impressa do Maré de Notícias volta às ruas para uma edição especial. Volta diferente, porque o tempo passou para todos nós. Mas volta movida pela mesma convicção que nos acompanha desde o início: um território com mais de 140 mil moradores não pode ser resumido às notícias que chegam de fora. A vida na Maré acontece todos os dias — nas escolas, nos postos de saúde, nos projetos culturais, nas ruas, nas lutas por direitos, nas conquistas coletivas e nas pequenas histórias que dificilmente encontram espaço quando a favela só desperta interesse em momentos de crise.

Talvez seja por isso que este reencontro tenha um sabor especial. Há amizades que atravessam períodos de silêncio sem perder a importância. A vida muda, os caminhos se transformam, o contato deixa de ser frequente, mas basta uma nova conversa para lembrar por que aquele vínculo sempre fez sentido. Esta edição marca justamente essa reaproximação. Ela reúne reportagens sobre saneamento, educação antirracista, acesso à saúde, memória, justiça, cultura e direitos, porque entende que essas histórias não ocupam temas diferentes, mas que contam, juntas, a experiência de viver na Maré. Elas revelam um território que reivindica políticas públicas, preserva sua memória, produz conhecimento, cria arte e insiste em imaginar futuros possíveis mesmo diante dos obstáculos de sempre.

O Maré de Notícias nasceu para que os moradores pudessem se reconhecer nas páginas de um jornal. Mais de quinze anos depois, essa continua sendo sua maior força. Não porque ignore as dificuldades que atravessam o território, mas porque se recusa a aceitar que elas sejam a única narrativa possível. Fazer jornalismo comunitário é acompanhar a vida como ela é: denunciar quando direitos são violados, celebrar quando conquistas chegam, registrar aquilo que merece permanecer na memória e abrir espaço para que a própria comunidade conte sua história. É um jornal feito para circular de mão em mão, provocar conversas na calçada, gerar novas pautas e fortalecer um sentimento simples, mas poderoso: a Maré merece ser narrada por quem conhece suas ruas, sua gente e a dimensão da sua potência. Esperamos que esta seja apenas a primeira de muitas conversas que voltaremos a ter.

JULHO DE 2026 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. MARÉ, RIO DE JANEIRO.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

16 Associações de moradores da Maré

DIREÇÃO:

Geisa Lino

COORDENAÇÃO:

Jéssica Pires

EDIÇÃO

Tamyres Matos Mtb 32434/RJ e Jessica Pires

FOTOGRAFIA

Affonso Dalua

Gabi Lino

Douglas Lopes

Patrick Marinho

REVISÃO

Luiz Assumpção

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Fernandes

PROJETO GRÁFICO

Rafael Fernandes

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Adriana Pavlova

Ana Paula Carvalho

Flavia Veloso

Gleusa Santos

Marko Costa

Thayssa Rios

Pamela Carvalho

TIRAGEM

5 mil exemplares

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna

ISSO É UM RIO OU UM VALÃO?

Conheça a história das águas que já serviram como fonte de alimento e lazer para famílias da Maré, mas se converteram em depósito de esgoto. Promessa de obra renova esperança por renovação do Rio Ramos

Por: Ana Paula Carvalho

Quem passa pelo Parque Rubens Vaz hoje talvez não imagine que o local onde corre um valão com mau cheiro já integrou um conjunto de canais que, até poucas décadas atrás, desempenhava papel fundamental na vida dos moradores do conjunto de favelas da Maré. Suas águas serviam como fonte de lazer e sustento para diversas famílias da região, especialmente por meio da atividade pesqueira.

Com o aumento de intervenções, somado ao avanço da ocupação urbana desacompanhada de infraestrutura adequada de saneamento, esse cenário começou a mudar. Ao longo dos anos, a degradação da sub-bacia do Rio Ramos, que nasce no bairro de Ramos e tem cerca de 1,4 quilômetro de extensão, transformou o antigo curso d'água em um canal que recebe esgoto e conduz os resíduos diários gerados no território em direção à Baía de Guanabara.

Após anos de mobilização coletiva, a Maré está prestes a receber uma intervenção neste espaço que promete responder a uma demanda histórica do território. Trata-se da obra de recuperação do Rio Ramos. Conduzida pela Águas do Rio, mesma concessionária responsável pela grande obra em curso na Maré que promete ampliar o acesso ao esgotamento adequado e à água

tratada. A iniciativa prevê a restauração do rio, que atualmente recebe milhões de litros de esgoto por dia em suas margens.

Segundo a concessionária, a nova tubulação vai conectar imóveis ao coletor principal, interrompendo o despejo de esgoto diretamente no rio e contribuindo para a recuperação ambiental da área. A expectativa é que, ao final das obras, cerca de 1,3 bilhão de litros de esgoto por mês deixem de ser lançados na Baía de Guanabara e sejam encaminhados à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria. O volume equivale a 520 piscinas olímpicas.

Racismo ambiental na prática

A ausência de políticas públicas e de serviços de saneamento básico mostra, na prática, como o racismo ambiental atinge favelas e periferias, levando os moradores a criar e adotar suas próprias estratégias de proteção.

Presidente da Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz, onde atua há cerca de 33 anos, Vilmar Gomes Crisóstomo, o Magá, foi responsável por iniciar um trabalho de conscientização dos moradores, para que o lixo gerado nas casas fosse descartado corretamente.

“Esse trabalho de conscientização começou há cerca de cinco anos. Na época, a situação era muito complicada. A gente passava por aqui e via moradores jogando sacos de lixo do terceiro andar direto no valão. Eu pensei: ‘Isso precisa acabar’. Hoje você passa por aqui e já não vê mais isso acontecendo”, conta.

Morador do Parque União há 55 anos, Magá lembra um dos episódios mais marcantes, resultado de anos de falta de políticas públicas e de saneamento básico: “Quando vieram aquelas chuvas fortes de verão [em 2017], a água desceu com muita força para cá. O valão transbordou e praticamente todos os moradores que vivem próximos perderam móveis e eletrodomésticos. Muita gente perdeu tudo. Foi uma enchente muito severa”.

Assim como outros moradores que conheceram o Rio Ramos antes da poluição, Magá espera ver o canal recuperado. “Eu costumo dizer que quero me aposentar da associação depois de ver esse sonho realizado. Quero poder pescar novamente nesse rio. Quando eu era mais novo, pescava tainha e bagre aqui. A água era limpa e a gente pescava para comer. Quero poder dedicar meu tempo ao lazer, tomar banho, pescar e aproveitar o rio limpo. Hoje, se alguém entra nessa água, corre risco de adoecer”, desabafa.



Rio Ramos - Foto: Águas do Rio/Divulgação

MARÉ RECEBE OBRA PARA ENFRENTAR PROBLEMAS HISTÓRICOS DE ÁGUA E ESGOTO

Após décadas convivendo com vazamentos, alagamentos e interrupções no serviço, moradores acompanham o início de uma das maiores intervenções de infraestrutura da história da favela

Por: Flavia Veloso

Após décadas de reivindicações de moradores e sucessivos adiamentos, a Maré começou a receber, em 2026, uma das maiores obras de saneamento de sua história. O projeto prevê a construção de um tronco coletor de 4 quilômetros, que levará o esgoto do território até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria, no Caju, além da instalação de 18 quilômetros de tubulações secundárias para conectar casas e estabelecimentos à rede.

A chegada da obra representa um avanço aguardado há gerações por moradores do conjunto de favelas. Além de ampliar o acesso ao esgotamento sanitário e à água tratada, a intervenção busca enfrentar problemas que marcaram a rotina da população por décadas, como vazamentos, alagamentos, retorno de esgoto para dentro das casas e riscos à saúde. Segundo a concessionária Águas do Rio, a intervenção vai contribuir para reduzir o volume de esgoto despejado na Baía de Guanabara. Atualmente, segundo a empresa, nenhum litro do esgoto gerado na Maré é tratado. O material acaba lançado em córregos, rios e canais que deságuam na Baía de Guanabara.

Rosana de Souza tem 63 anos de Maré, nasceu e cresceu no conjunto de favelas. Moradora da Nova Holanda, ela sente na pele os problemas causados pela deficiência no saneamento básico. “Quem é da antiga aqui só vivia com o esgoto cheio. Era uma coisa que causava muito problema, doença nas crianças. Antigamente, as ruas enchiam muito, ficava aquele cheiro de fossa, era uma coisa muito triste. Depois foi evoluindo. Teve uma melhora, e piorou com a população que aumentou aqui dentro. Agora, de uns tempos pra cá, quando chove forte, eu vou sair pra trabalhar 4 horas da manhã, os pés dentro da água, tudo esgoto”, relata.

A concretização do projeto encerra uma longa disputa sobre responsabilidades entre poder público e concessionárias. Ao longo dos anos, moradores denunciaram a precariedade da infraestrutura, cobraram soluções

e mantiveram uma mobilização contínua pelo direito ao saneamento básico, até que a obra finalmente saiu do papel. A intervenção integra o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), lançado em 1994, ou seja, mais de 30 anos atrás.

Para Gilmar Rodrigues Gomes Junior, conhecido como **Juninho**, atual presidente da associação de moradores da Nova Holanda, a Maré parecia parada no tempo, sem que o desenvolvimento urbano acompanhasse o crescimento vertiginoso da população mareense ao longo dos anos. Ele acredita que a obra de saneamento vai sanar problemas comuns a todo o território.

“Hoje, quando entope o esgoto, ele entra nas casas dos moradores. E esgoto traz doenças. Tem situações em que o morador, para entrar na sua casa, tem que ter um montão de pano de chão, porque na porta dele está cheio de água, de esgoto. O sonho de um morador é não alagar a casa dele durante a chuva, não perder móveis, não ter doenças, poder sentar na porta da casa dele sem mosquito, sem barata, o filho dele crescer num chão seco. Não tem preço. Então, essa obra vai ser muito boa para a comunidade toda”, acredita.

Segundo a Águas do Rio, a geração de empregos para a população local tem sido uma preocupação do projeto. Com um custo de R\$120 milhões, o orçamento prevê a destinação de parte dessa verba para a contratação de trabalhadores que vivam na Maré, a fim de fortalecer a geração de empregos e a economia local.

A concessionária afirma que 1,3 bilhão de litros de esgoto deixarão de ser despejados por mês na Baía de Guanabara, o que equivale a **520 piscinas olímpicas**. Sem dúvida, é um avanço para o meio ambiente e, principalmente, para a população que vive no entorno, mas o número representa menos de 3% do volume total mensal lançado na Baía, uma parcela muito pequena.

É impreciso traçar um ponto de partida, já

que desde seus primeiros moradores, a Maré recorre aos mais diversos recursos para remediar a falta de acesso ao saneamento. Mas quando falamos de luta organizada, o arranque remonta à década de 1980, com Eliana Sousa Silva eleita presidente da associação de moradores da Nova Holanda, através da Chapa Rosa, que protagonizou uma frente enérgica e pioneira na Maré pelo direito à água e esgoto.



Águas do Rio na Maré - Foto: Gabi Lino

Cadastro promete garantia de direitos aos consumidores da Maré

Desde o início das obras, a Águas do Rio tem cadastrado as residências, com o objetivo de incluí-las no planejamento da obra e, assim, assegurar que o serviço de água e esgotamento chegue para todas as pessoas.

Muitos moradores, entretanto, ainda não cadastraram suas residências. Uma das razões é o medo da instalação de hidrômetro e, com isso, ter que arcar com uma nova despesa: a da conta de água. A irregularidade do serviço ao longo de tantos anos afastou os moradores da Maré do compromisso com a conta de água, já que não viam sentido em pagar por um serviço que não era prestado. E mesmo com o saneamento em dia, não se pode esperar que o cálculo da conta de água de quem mora na Maré seja igual ao de quem não mora em favela.

De acordo com a empresa, a solução encontrada foi cobrar uma tarifa especial para os moradores. O valor de R\$ 5 foi pensado para que as casas possam arcar com a despesa sem pesar no bolso e, segundo a Águas do Rio, é aplicado na sustentabilidade da obra de saneamento.

O engenheiro ambiental e sanitarista Bruno Sales, gerente executivo de operações da Águas do Rio, responsável pelas obras de saneamento na Maré e em outras favelas do Rio de Janeiro, explica que a regularização das residências fortalece a relação dos

moradores com a concessionária e amplia o acesso aos serviços. Segundo ele, o cadastro e a instalação do hidrômetro garantem que a empresa possa assegurar o fornecimento de água tratada e potável.

“Os clientes que não têm cadastro, não têm o hidrômetro ou não estão ligados à nossa rede, a gente não tem como garantir a qualidade da água”, afirma. Sales acrescenta que o cadastro também permite que os moradores solicitem serviços, registrem reclamações sobre falta d’água ou peçam desobstrução da rede de esgoto diretamente à concessionária.



Águas do Rio na Maré - Foto: Gabi Lino

SE VOCÊ É MORADOR DO

- Rubens Vaz,
- Nova Holanda ou
- Parque Maré

**E AINDA NÃO
CADASTROU SUA
RESIDÊNCIA, DESEJA
INFORMAÇÕES
SOBRE A OBRA OU
ABASTECIMENTO,**

**entre em contato pelo
WhatsApp:**

0800 195 0 195

Dias e horários:
24 horas por dia, todos os dias da
semana

CONSULTAS ONLINE NA MARÉ FACILITAM ACESSO À SAÚDE

Serviço oferecido pelas Clínicas da Família precisa de marcação prévia dos profissionais de saúde. Moradores podem tirar dúvidas com seus agentes comunitários e com a Redes da Maré

Por: Gabrielle Gonçalves

As consultas médicas pelo celular já são uma realidade na Maré. Moradoras como Nazaré Bandeira e Diana Garcia fazem parte das milhares de pessoas que usam o aplicativo [minhasaude.rio](#) dentro do território. Além das consultas online com médicos, enfermeiros e os outros profissionais das equipes multidisciplinares, a ferramenta inclui o acesso a resultados de exames, acompanhamento do SISREG e histórico de saúde pelo celular.

A iniciativa fortalece o direito à saúde e tem mostrado bons resultados para pessoas que precisam atualizar receitas médicas com frequência. Ou seja, que estão em tratamento contínuo. Moradores com problemas de locomoção e com uma rotina intensa de trabalho também têm se beneficiado, pois costumam encontrar dificuldades para sair de casa ou encontrar tempo para ir até as clínicas. Desde o início do projeto, em novembro de 2024, já foram 3.438 atendimentos realizados, considerando as seis unidades de saúde da Maré.

O “Saúde Digital na Maré” é um projeto piloto — em fase de desenvolvimento —, realizado pelo Ministério da Saúde, Fiocruz, Secretaria Municipal de Saúde e Redes da

Maré. O objetivo é apoiar as Clínicas da Família no oferecimento de novas formas de cuidado que utilizam a tecnologia. As favelas daqui são as primeiras, dentre outras periferias do Brasil, a receberem esses serviços de saúde. A ideia é entender quais são os ganhos e as dificuldades nesse processo para expandir a iniciativa para outras regiões do país.

Mesmo que não substitua a visita presencial à unidade de saúde, a novidade traz novas formas de acessar os profissionais, como aconteceu com Nazaré Bandeira, de 68 anos, que ficou impossibilitada de andar por uma complicação de saúde crônica em 2025. Além de garantir o cuidado da casa, Nazaré é responsável por Felipe Bandeira, seu filho de 19 anos, diagnosticado com encefalopatia crônica não progressiva.

“A assistente da minha rua veio aqui, né?! Veio ela e o médico. Aí depois ela viu mesmo que eu não conseguia sair de casa, que eu não ia conseguir ir para lugar nenhum com o Felipe. Que que ela fez? Me botou nessa consulta online. Eu achei muito bom. Não podia andar e nem sentar numa moto, como é que eu ia chegar lá na clínica ou no hospital?”, contou Nazaré.

A paciente passou por uma visita domiciliar da equipe de saúde da Clínica da Família Diniz Batista dos Santos e, depois de receber orientação médica presencial, foi acompanhada pela consulta online. Contar com essa alternativa garantiu que Nazaré recebesse o cuidado correto, com a indicação do medicamento adequado. Para os profissionais de saúde, a ferramenta também é uma opção para se manter presente, mesmo à distância.

“Atendi uma paciente que estava com uma crise emocional grave. Ela estava com uma lesão no joelho e por isso, tinha dificuldades de vir até à clínica. A consulta online foi muito importante para garantir esse espaço de acolhimento em um momento de sofrimento. Também foi bom para ela não interromper o acompanhamento psicológico, como acontece em muitos casos”, disse a psicóloga Adriana Gomes, que atua na Clínica da Família Augusto Boal.

Além das consultas online, o atendimento remoto tem ajudado pacientes que utilizam outros serviços da Clínica da Família, como o acompanhamento de processos no SISREG, disponibilidade de medicamentos na Farmácia Popular e o calendário de vacinação. Diana Garcia faz uso de medicamento contínuo e utiliza o aplicativo [minhasaude.rio](#) para verificar onde pegar os remédios ou acompanhar a liberação de uma cirurgia.

“Agora fica melhor pra mim. As vacinas, as informações que eu não tinha, agora eu tenho. Às vezes, a pessoa tem que vir aqui [na clínica] e esperar. Não tem condição de tomar um café, fica com fome esperando só pra tirar uma dúvida, e no aplicativo, ela tira todas as dúvidas”,



APP SUS - Foto: Gabi Lino

Nesse momento, o projeto “**Saúde Digital na Maré**” está em fase de entrevistas com pacientes e profissionais. Essas informações são importantes para observar os impactos do serviço.

As dúvidas sobre a instalação do aplicativo **minhasaude.rio** e a realização das consultas online podem ser atendidas em qualquer unidade de saúde da Maré, com a equipe “**Saúde Digital**” e pelo telefone da Redes da Maré:

(21) 99924-6462.

JULHO NEGRO, CASA PRETA DA MARÉ E A POLÍTICA DE FAZER FUTURO A PARTIR DO TERRITÓRIO

Por: Pâmela Carvalho

Todo mês de julho, quando é retomado o debate do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, uma questão precisa ser recolocada para reflexão: o que significa transformar memória em política pública? Porque, se o 25 de julho nasce da organização de mulheres negras em escala continental, desde o encontro realizado em Santo Domingo, em 1992, e se no Brasil passa a carregar também o nome de Tereza de Benguela, liderança quilombola que governou um território de liberdade, então essa data não pode ser reduzida à celebração protocolar de trajetórias excepcionais. Ela convoca uma leitura mais exigente sobre o presente: onde estão as instituições que reconhecem mulheres negras como produtoras de conhecimento, de cidade, de cuidado e de futuro?

Na Maré, essa pergunta ganha chão para caminharmos na reflexão. Somos um território majoritariamente negro. Segundo o Censo Maré, produzido pela Redes da Maré, 62,1% da população se autodeclara preta ou parda. Estamos falando de um território atravessado por desigualdades raciais, territoriais, econômicas e institucionais, mas também de um território que produz pensamento, cultura, linguagem, estratégias de sobrevivência e formas próprias de elaboração política. O erro histórico do Estado brasileiro foi tratar as favelas como lugares a serem administrados pela falta, pela suspeição ou pela intervenção. A Maré mostra outra coisa: onde o Estado muitas vezes chega de forma descontínua, militarizada ou insuficiente, a população cria alternativas de organização social.

É nesse ponto que o Julho Negro precisa ser compreendido como mais do que uma agenda de memória. Ao reunir o 25 de julho, a lembrança das lutas negras latino-americanas, a memória de Tereza de Benguela e as denúncias contra o racismo, a militarização e as desigualdades no Sul Global, o Julho Negro reorganiza o modo como olhamos para a política. Ele afirma que a vida negra não pode ser pensada

somente pela ótica da violência, da perda, do luto. A vida negra precisa ser pensada antes na infância, na escola, no acesso à saúde, na cultura, no direito ao território, no direito de sonhar sem pedir licença.

É a partir desse entendimento que nasce a Casa Preta da Maré. Criada pela Redes da Maré em 2019, ela se constitui como uma frente de trabalho voltada para enfrentar o racismo estrutural a partir de processos formativos, produção de conhecimento, fortalecimento de identidades negras e incidência política. Seu ponto de partida é construir pensamento crítico sobre raça, favela e identidade, considerando a Maré não como objeto de estudo, mas como território de formulação. Essa inversão é fundamental. Durante muito tempo, as favelas foram pesquisadas, descritas, classificadas e diagnosticadas por olhares externos. A Casa Preta da Maré aposta em outra direção: produzir conhecimento situado, com compromisso territorial, escuta comunitária e responsabilidade política.

Essa é a tese que o 25 de julho nos permite lançar. Mulheres negras, quando constroem instituições, não estão apenas ocupando espaços, estão alterando a forma como a sociedade compreende o que é instituição. Um equipamento negro, territorializado e comprometido com a vida da população não se organiza somente em torno de prédios, atas, editais ou relatórios. Ele se organiza em torno da capacidade de reconhecer problemas históricos, formar pessoas, criar linguagem pública, disputar orçamento, produzir dados e transformar experiência coletiva em agenda política.

A Escola de Letramento Racial, as formações, os cineclubes, os clubes de leitura, as ações culturais, as pesquisas, os espaços de escuta e os processos de articulação comunitária não são atividades soltas. Elas compõem uma metodologia. Ao trabalhar raça, memória, identidade, cultura e território, a Casa Preta da Maré intervém no ponto mais sensível do racismo brasileiro, que é a sua capacidade de naturalizar desigualdades e fazer parecer

individual aquilo que é estrutural. Quando jovens negros da Maré discutem racismo, quando mulheres negras elaboram suas experiências, quando dados sobre a população negra do território são produzidos e circulam, quando a cultura deixa de ser tratada como ornamento e passa a ser entendida como direito, o que está em curso é uma disputa sobre quem pode interpretar o Brasil.

Essa disputa é ainda mais urgente porque o racismo no Brasil também funciona pela administração do tempo. Para a população negra, muitas vezes, o futuro é adiado. A escola é interrompida, a circulação é vigiada, o cuidado chega tarde, a política pública exige deslocamentos impossíveis, a violência armada suspende consultas, aulas, encontros e projetos de vida. Na Maré, falar de direitos sem falar de segurança pública, mobilidade, saúde mental, educação e cultura é produzir uma análise incompleta. Por isso, o trabalho da Casa Preta da Maré se aproxima daquilo que Tereza de Benguela simboliza: a capacidade de governar a vida coletiva em meio à ameaça, de organizar inteligência política em meio à violência, de criar continuidade onde o poder tenta impor interrupção.



Aula Inaugural Escola de Letramento Racial
- Foto: Gabi Lino

OITO ANOS DE SONHOS ARRANCADOS

Barreiras na investigação e demora judicial ainda negam à família o direito à verdade e à reparação, 8 anos depois da morte de Marcus Vinícius durante operação da polícia civil na Maré

Por: Thayssa Rios e Jéssica Pires

Desde junho de 2018 até este ano, o Flamengo vive uma das suas fases mais vitoriosas, apelidada de “Era de Ouro”, em que o time conseguiu se consolidar como uma das maiores potências do futebol — conquistando 24 títulos. Entre as vitórias, destacam-se três taças da Copa Libertadores da América (2019, 2022, 2025), que, antes, só tinha sido levantada em 1981. Para um jovem rubro-negro nascido no início dos anos dois mil, o único em uma família de vascaínos, viver a experiência de ver o time do coração conquistar essa sequência de títulos poderia ter sido a realização de um sonho. Um dos incontáveis retirados do Marcus Vinícius da Silva.

Aos 14 anos, ainda no início da adolescência, Marcus Vinícius já era um jovem decidido. De personalidade forte, era ele quem abria mão de brincar na rua para ensinar os deveres de casa para a irmã caçula, já que os pais não podiam explicar, pois não tiveram a oportunidade de estudar, e contavam com a ajuda do filho nesta tarefa. Durante as conversas, ele fazia promessas a sua mãe e maior “fechamento”.

“O Marcus Vinícius tinha a rotina dele. O menino tinha cabeça, meu filho tinha juízo. Toda vez que eu o repreendia, ele falava: ‘mãe, a senhora está de bobeira, ainda vai saber o filho que tem’. Hoje, não tenho mais meu filho aqui, mas realmente soube o filho que tinha”, lembra Bruna da Silva, que teve seu filho morto, no dia 20 de junho de 2018, ao ser surpreendido por uma operação policial no caminho de volta da escola para casa, na Vila dos Pinheiros.

Até hoje, oito anos depois, o caso ainda está em fase de inquérito, processo legal que apura a autoria e a materialidade de um crime antes do caso ir para a Justiça. Nesta fase ainda são realizados depoimentos e recolhimento de provas. A morte de Marcus Vinícius aconteceu em contexto de operação policial com uso de helicóptero. No mesmo ano, em 2018, houve uma intervenção federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a atuação da Força Nacional apoiando as ações nas favelas.

Quando o adolescente foi atingido na lombar por um tiro de fuzil, quem comandava a operação era a Delegacia de Combate às Drogas (DECOD), com apoio da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) e outras delegacias. Marcus Vinícius, alvejado na rua por um tiro vindo de um blindado, não foi a única vítima da operação. Outros cinco jovens foram mortos dentro de uma casa na Maré com indícios de execução, mas essas mortes não tiveram a mesma projeção.

A morte de Marcus Vinícius e a imagem de sua mãe segurando o uniforme escolar sujo de sangue ganharam os noticiários na época. Após ser atingido, ele chegou a ser levado até a UPA da Vila do João por um vizinho, em seguida transferido para o Hospital Estadual Getúlio Vargas (Penha), mas, durante a cirurgia, não resistiu aos ferimentos. Bruna contou diversas vezes que a última pergunta que o filho fez foi: “mãe, a polícia não me viu com a camisa da escola?”. No dia seguinte à morte, a Delegacia de Homicídios (DH) realizou uma perícia no

local do crime, uma das poucas etapas de investigação realizadas até hoje diante de um caso que enfrenta diversas barreiras judiciais.

“Diferente da maioria dos casos de mortes em território, houve uma perícia de local, o que poderia trazer elementos para se descobrir a autoria do crime. Só que a perícia do Marcus foi feita num lapso temporal relativamente grande, apenas no dia seguinte da morte”, explica a advogada Marcela Cardoso, da Redes da Maré, que acompanha o caso.

“Depois de 8 anos, soubemos que a perícia foi inconclusiva porque ela aponta que o projétil pode ter partido de duas direções diferentes. O que hoje a gente entende é que, a partir do confronto entre a perícia de local e os depoimentos dos policiais envolvidos na ação, há uma incongruência”, conclui Marcela.

A investigação conduzida de 2018 a 2021, tanto pela DH, quanto pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP), nada avançou. Atualmente, segue sendo acompanhada pelo Ministério Público Federal (MPF) que, em 2023, chegou a solicitar diligências ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), como os depoimentos do piloto e do copiloto do helicóptero da operação, mas os agentes que estavam na aeronave alegam que não se lembram de detalhes da operação.

O acompanhamento do projeto Maré por Justiça, da Redes da Maré, evidenciou que, em 2025, para subsidiar a decisão pela denúncia ou pelo arquivamento, o promotor natural do caso solicitou um laudo da Divisão de Evidências Digitais e Tecnologia (DEDIT), vinculada ao MPRJ. No entanto, a partir da leitura dos laudos médicos e da perícia do local, a DEDIT alegou não ser possível produzir uma análise técnica, devido às falhas da investigação — sem diligências e sem os vestígios e evidências que poderiam auxiliar a análise.

“A morte do Marcus tem relevância nacional e global e mostra a vulnerabilidade que o Estado acaba gerando para a população negra, pobre, periférica e moradora de território de favela”, destaca Gabriel de Sampaio, diretor de litigância e incidência da ONG Conectas Direitos Humanos.

Ainda não há uma resposta judicial para Bruna sobre a morte do seu filho. Novas testemunhas podem ajudar o caso a não ser arquivado, mas ainda é uma esperança vaga e incerta para se descobrir e responsabilizar quem matou Marcus Vinícius.

“São diversos casos que envolvem violência policial e do Estado com uma absoluta falta de respostas. São problemas básicos de investigação. Isso gera barreiras para que as famílias das vítimas não tenham o direito à verdade, à memória e à reparação”, comenta Gabriel.

Segundo a Associação Brasileira de Criminalística (ABC) e a Defensoria Pública, por anos o Rio vive esse atraso de não ter uma perícia criminal independente – na contramão de uma tendência nacional, atrás de outros 19 estados que já têm perícias independentes. Estudos do Instituto Vladimir Herzog e da Fundação Friedrich Ebert, publicados em ofício da Defensoria protocolado ao TJRJ em abril deste ano, mostram que apenas 16% dos homicídios são esclarecidos

no estado do Rio, a menor taxa de elucidação de crimes desta natureza do país inteiro.

No dia 20 de junho, dia em que a morte de Marcus completou 8 anos, Bruna Silva, outras mães e familiares de vítimas da violência do Estado, integrantes de movimentos sociais e moradores de diferentes territórios realizaram um ato em memória das 167 vidas interrompidas em operações policiais na Maré. O ato, nomeado “Levante Maré por Justiça”, contou com a presença de 300 pessoas e foi marcado por uma caminhada que teve um momento simbólico no local onde Marcus foi assassinado.

Na última década, o projeto De Olho na Maré, da Redes da Maré, contabilizou 231 operações policiais, 167 mortes e 1.538

violências e violações de direitos de moradores, como ameaças, tortura e cárcere privado. Os dados foram publicados em março deste ano na 9ª edição do “Boletim Direito à Segurança Pública na Maré – dados 2025”, que traz a série histórica de monitoramento entre 2016 e 2025. Apenas uma denúncia foi realizada pelo MPRJ.

“Eu nunca pensei em pegar o corpo do meu filho com um furo de bala. O Estado mata com a certeza da impunidade. Eles não vão me pedir desculpas. A reparação para mim é que, pela atuação do nosso e outros movimentos de mães com filhos vitimados, casos como o do meu filho não se multipliquem. Como reparação, nós queremos é que não haja repetição dessas mortes”, diz Bruna.



Levante Maré por Justiça, realizado em 20 de junho de 2026. - Foto: Patrick Marinho



Levante Maré por Justiça, realizado em 20 de junho de 2026. - Foto: Patrick Marinho



Levante Maré por Justiça, realizado em 20 de junho de 2026. - Foto: Patrick Marinho

O ANTIRRACISMO NO DIA A DIA DAS ESCOLAS NA MARÉ

Projeto desenvolvido em 23 escolas aproxima política nacional do cotidiano escolar e enfrenta desafios impostos por desigualdades históricas

Por: Gleusa Santos

Racismo, identidade, pertencimento e representatividade são temas que vêm aparecendo cada vez mais nas salas dos professores, nas formações pedagógicas e nas atividades das escolas da Maré. Em um território onde a maioria da população jovem é negra e onde a rotina escolar frequentemente é atravessada por impactos diversos da desigualdade, como o racismo ambiental, precariedade na infraestrutura e a violência armada, educadores têm buscado transformar essas discussões em parte do dia a dia da aprendizagem.

Esse movimento ganhou força nos últimos dois anos com a chegada da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). A Maré passou a integrar uma experiência piloto da iniciativa, que hoje envolve 23 escolas do território e reúne redes de ensino, gestores, professores e organizações locais na construção de práticas de educação antirracista.

Juliana Ângelo, professora da rede estadual e Agente de Governança Local da PNEERQ, acompanha esse processo nas escolas estaduais, dialoga com gestores e professores e ajuda a transformar as diretrizes da política em ações concretas. Para ela, um dos principais desafios é garantir que a educação sobre as relações étnico-raciais esteja presente durante todo o ano letivo, e não apenas em datas específicas do calendário escolar: “O meu papel tem sido estar próxima das escolas, ouvir gestores e professores, acompanhar o que já está sendo feito e ajudar para que essas ações ganhem continuidade e não sejam apenas iniciativas pontuais.”

Juliana avalia que as escolas têm avançado na valorização das identidades negras e no enfrentamento do racismo. Em 2026, nas formações contínuas em 23 escolas da Maré, professores,

coordenadores e gestores compartilham experiências e discutem caminhos para incorporar esses temas ao cotidiano escolar.

Uma política que chega pelo território

Desde 2024, a Maré integra uma experiência piloto de territorialização da PNEERQ, construída em articulação entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio), as redes de ensino e a Redes da Maré. A iniciativa busca aproximar a política do cotidiano das escolas públicas do território.

Para Lara Vilela, Coordenadora-geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (SECADI/MEC), a participação de organizações do território é fundamental para que a política chegue às escolas de forma conectada às realidades locais. Segundo ela, parcerias com organizações ajudam a traduzir as diretrizes nacionais para os diferentes contextos do país. “Precisamos de pessoas que vivem essas realidades para nos apoiar na implementação da política. São parceiros essenciais para pensar a implementação, o acompanhamento e a continuidade da PNEERQ”, concluiu.

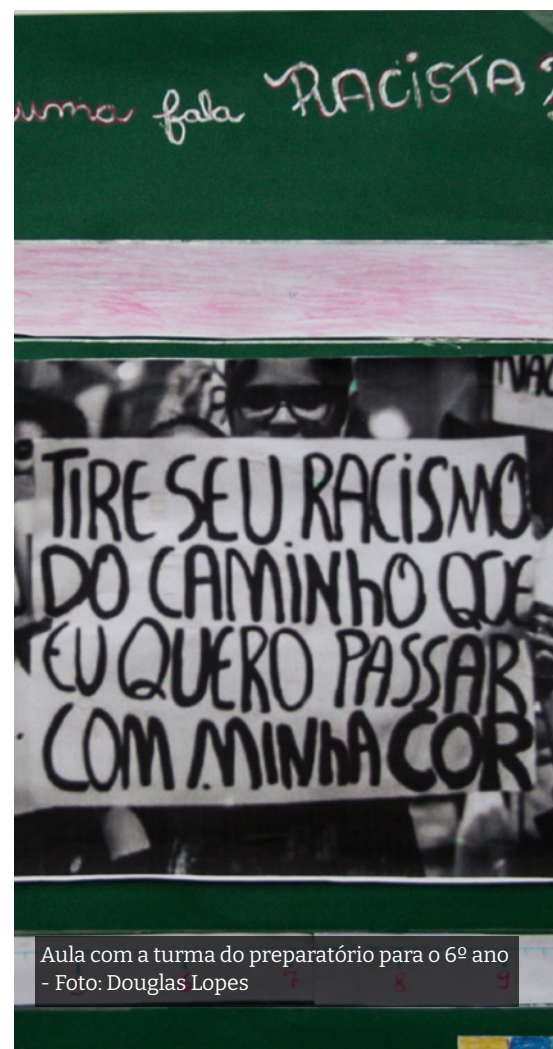
Desafios para transformar a política em prática em territórios de favelas

Fazer com que a educação antirracista esteja presente no cotidiano escolar passa pela formação dos profissionais da educação, pelo

acesso a materiais pedagógicos e pela incorporação do tema no planejamento escolar. Na Maré, esses desafios se cruzam com questões históricas do território. Escolas que enfrentam interrupções de aulas provocadas pelas operações policiais, comunidades impactadas pela violência armada e equipes pedagógicas que lidam diariamente com múltiplas demandas precisam, ao mesmo tempo, encontrar espaço para construir novas práticas educativas.

Fernanda França, mulher preta, cria da Maré e articuladora da Redes da Maré que atua diretamente nas formações realizadas junto às equipes escolares, observa uma mudança na forma como esses debates vêm sendo recebidos. “Tenho percebido uma receptividade crescente. Muitos educadores enxergam esses encontros como espaços importantes de formação e troca. Frequentemente, compartilham experiências de discriminação, silenciamento ou descobertas sobre sua própria identidade racial. Isso mostra que falar de educação antirracista também é falar de trajetórias de vida”, afirma.

Entre as experiências que mais a marcaram está a de uma educadora que, após participar de uma formação, revisou os materiais utilizados em sala de aula e percebeu a ausência de referências negras nas atividades propostas aos estudantes. A partir dessa reflexão,



Aula com a turma do preparatório para o 6º ano
- Foto: Douglas Lopes

passou a buscar novos conteúdos e a desenvolver práticas que valorizassem a história e as contribuições da população negra.

Embora previsto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena ainda ocorre de forma desigual nas redes de ensino, muitas vezes restrita a ações pontuais.

Segundo o MEC, as desigualdades raciais na educação permanecem evidentes em indicadores como acesso à creche, permanência na escola, conclusão do ensino

médio e desempenho educacional. “Há uma desigualdade persistente entre estudantes brancos e negros. Quando observamos a população de 15 a 17 anos, vemos que, embora tenha havido crescimento na permanência e na conclusão do ensino médio para todos os grupos, os estudantes brancos continuam apresentando índices mais elevados de acesso e conclusão dessa etapa em comparação aos estudantes negros”, afirma Lara Vilela, da SECADI/MEC.

A experiência na Maré mostra que a articulação entre políticas públicas, redes de ensino

e sociedade civil é fundamental para transformar diretrizes em práticas concretas nos territórios periféricos e racializados, garantindo sua efetivação no cotidiano escolar. No contexto do Julho Negro - articulação internacional contra a militarização, o racismo e o apartheid no mundo - essas discussões ganham ainda mais visibilidade, reforçando a importância de enfrentar o racismo estrutural também por meio da educação antirracista nas escolas, sem perder seu caráter permanente ao longo de todo o ano letivo.



Aula com a turma do preparatório para o 6º ano - Foto: Douglas Lopes

ALUNOS DA ESCOLA LIVRE DE DANÇA DA MARÉ FAZEM INTERCÂMBIO EM FESTIVAL NA FRANÇA

Doze jovens mareenses participam de projeto idealizado pela coreógrafa Lia Rodrigues em evento na cidade de Avignon

Por: Adriana Pavlova

A Escola Livre de Dança da Maré (ELDM) participou, neste mês, do Festival de Avignon, na França, um dos principais eventos mundiais de artes cênicas. A viagem dá continuidade a uma trajetória de intercâmbios internacionais da escola, criada a partir da parceria entre a Redes da Maré e a Companhia Lia Rodrigues de Danças. Desde 2012, quando foi formado o Núcleo 2, grupo de formação continuada de jovens em dança, já foram realizadas 14 experiências de troca com artistas e instituições de outros países.

Até o dia 15 de julho, 12 jovens representantes da Escola Livre de Dança da Maré estiveram entre 54 artistas de todo o mundo escolhidos para o projeto formativo “Transmission Impossible” (“Transmissão Impossível”), definido como um laboratório de arte performática dentro da programação regular do festival francês. A coreógrafa Lia Rodrigues é a diretora artística do projeto bancado pela Fundação Hermès, a mesma apoiadora da Escola Livre de Dança da Maré desde o início dos trabalhos. Na comitiva da Maré, há nove alunos do Núcleo 2 e três ex-alunos com origem no território, que hoje são bailarinos profissionais – Andrey Silva, Luyd Carvalho e Raquel Alexandre.

Nesta “Transmissão Impossível”, os jovens artistas de dança e teatro foram divididos em quatro grupos para que cada um acompanhasse nove peças diferentes da programação

do festival, sob mentoria de quatro nomes brasileiros da dança, responsáveis por guiar os debates sobre cada um dos trabalhos assistidos. No grupo dos mentores estão a professora e dramaturgista Silvia Soter, supervisora pedagógica da ELDM; a coreógrafa e professora Dani Lima; a coreógrafa e preparadora corporal Cristina Moura; e o bailarino e coreógrafo Calixto Neto.

Ao final da imersão, cada grupo apresentou ao público, no café oficial do Festival de Avignon, algum tipo de criação a partir da experiência de duas semanas de reflexões artísticas, seguindo a ideia de partilha, como explicou Silvia Soter: “Cada grupo assiste às nove peças, que geram debates, conversas e reflexões sobre as formas possíveis de partilha dessas obras, já que os demais grupos não as viram. A ideia central nesse projeto é pensar como se comunica o que se assiste, como a gente performa o que se assiste, daí o nome transmissão impossível”.

O grupo da Maré fez o dever de casa e, durante o primeiro semestre de aulas do Núcleo 2, todos os alunos, inclusive os que não estão na França agora, tiveram encontros com artistas e professores, incluindo Silvia Soter e Dani Lima, sobre apreciação e análise coreográfica de espetáculos, antropologia da dança e até lições práticas de dança contemporânea em inglês, idioma escolhido para o intercâmbio. Além disso, houve apoio

psicossocial, como conversas coletivas com a psicóloga Rosana Rapizo e equipe do Instituto de Psicologia da Uerj, parceiros da ELDM. Segundo a coordenadora da ELDM, Karoll Silva, a proposta é que, na volta ao Rio, o grupo que esteve na França também siga trocando com os demais alunos:

“No retorno dos estudantes viajantes, como de costume, faremos alguns encontros para que os participantes do intercâmbio tenham a oportunidade de passar um pouquinho do aprendizado adquirido na viagem para os alunos que não puderam participar dessa vez, aguardando uma nova oportunidade de intercâmbios”, contou Karoll, ela mesma ex-aluna do N2 e ex-integrante da Lia Rodrigues Companhia de Danças.

Karoll reforça a importância destas trocas internacionais na metodologia de formação de jovens artistas do Núcleo 2, ressaltando que as experiências são fruto das conexões profissionais e pessoais de Lia Rodrigues, Silvia Soter e do reconhecimento do trabalho da companhia de dança.

O grupo de estudantes do Núcleo 2 para a viagem à França é formado por Arô Canzart, Michelly Silva, Aline Vieira, Samara Alves, Dinara Carneiro, Bento Dias, Jhon Monteiro, Pedro Campello e Vinícius Castro. Entre os bailarinos profissionais, Luyd Carvalho foi formado pela Escola PARTS de dança na Bélgica e hoje é professor da ELDM. Já Raquel Alexandre e Andrey Silva são integrantes da Lia Rodrigues Companhia de Danças desde 2018.

Andrey, morador da Vila dos Pinheiros, chegou à Escola Livre de Dança aos 14 anos e hoje tem 30. Só no último ano, ele dançou 80 vezes o mais recente trabalho da companhia de Lia Rodrigues, “Borda”, em 11 países, sobretudo na Europa. Veterano no grupo de Avignon, Andrey percebe neste encontro a beleza da construção de relações humanas propostas por Lia Rodrigues na metodologia de trabalho.

“Acho que tanto esse projeto quanto a minha trajetória com a Lia traduzem exatamente a ideia de uma metodologia mutante, que marca os trabalhos da ELDM, que está sempre se transformando e se reinventando. Lia consegue fazer isso não apenas na escola e nos processos de criação de seus trabalhos, mas também na maneira como constrói relações e pensa a vida. É um modo de existir baseado na troca, na continuidade e na transformação, onde as pessoas seguem conectadas e em movimento ao longo do tempo”, afirmou.



Escola Livre de Dança da Maré - Foto: Douglas Lopes

PAC MARÉ: CONQUISTA QUE VEM DE LONGE

Por: Marcelo Belford

O site da Prefeitura do Rio de Janeiro noticiou que, no dia 1º de fevereiro de 2026, teve início um conjunto de obras de urbanização, lazer e recuperação ambiental na Maré, com investimento total previsto de 171 milhões de reais. Trata-se do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) “Periferia Viva”. O Programa foi lançado em 2024 como principal estratégia do Governo Federal — coordenada pela Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades — para reduzir desigualdades sociais e territoriais, integrando políticas públicas em favelas e comunidades urbanas.

Como integrante do Movimento Popular da Maré desde os anos 1980, não poderia deixar de celebrar esse momento tão significativo para todos nós. Ele é fruto de muitas décadas de lutas — nossas e de nossos antepassados — pelo direito de ter dignidade e qualidade de vida nas favelas. Essas lutas ultrapassam, em muito, o meu tempo de atuação. Para se ter uma ideia de sua profundidade histórica, vale lembrar que já em 1933 o jornal Diário de Notícias registrou que os moradores do Morro do São Carlos — por ação direta e por intermédio do seu “Centro Promotor de Melhoramentos” — resistiam à ameaça de remoção que pairava sobre eles, buscando o apoio do Presidente Getúlio Vargas e, depois, do Interventor que governava o Distrito Federal Carioca.

Aqui na Maré, a luta também começou cedo. Em 1946, os moradores da Favela Marcílio Dias (Kelson’s) foram ameaçados de remoção por conta das obras da Avenida Brasil e precisaram lutar pelo seu chão. Situação semelhante viveram os moradores da Baixa do Sapateiro que, um ano depois, enfrentaram a ameaça de demolição de suas casas e tiveram que resistir pelo direito de morar.

Além de antiga, essa foi uma luta travada também no campo das ideias e representações simbólicas. O Estado e a maioria da sociedade carioca e brasileira enxergavam as favelas — com todas as suas dificuldades — como expressão de uma suposta “ruralidade e primitivismo” atribuída aos nossos ancestrais. Segundo os chamados “estudos científicos” da época, isso decorreria de uma “inferioridade racial” que os manteria “limitados às necessidades mais primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade”, conforme registrado no 1º Censo das Favelas realizado pelo Distrito Federal, em 1948. O absurdo desse pensamento fica evidente no seguinte trecho daquele documento oficial:

“O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pôde aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então — e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade — priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos, gastando tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência.” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo das Favelas, pp. 10-11, 1948.)

As favelas eram tratadas como uma “não cidade”: seus moradores eram vistos como incompatíveis com a vida urbana, rotulados como marginais ou como ameaças políticas e sociais. Esse olhar autoritário e preconceituoso justificou décadas de iniciativas excludentes por parte do Estado — nos órgãos de pesquisa, saúde, segurança pública e assistência social — e alimentou a discriminação da sociedade contra quem simplesmente queria o direito de morar.

As atrocidades do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial desmoralizaram globalmente esse tipo de pseudociência racista, retirando-lhe qualquer legitimidade no campo do planejamento urbano. No entanto, como bem sabemos aqui na Maré, a discriminação social, o racismo e o autoritarismo de Estado não desapareceram — apenas assumiram novas roupagens: continuam a criminalização da favela, a violência policial e as barreiras no mercado de trabalho e no acesso a serviços básicos na cidade.

Por isso, é profundamente significativo que o PAC Maré reconheça a importância da favela na cidade e o protagonismo de seus moradores. Como também publicado no Portal de Notícias do Rio, “tudo o que foi apresentado e iniciado pelas obras do PAC na Maré é fruto das decisões dos moradores, representados por presidentes de associação, por lideranças e por pessoas que têm a representação legítima da sociedade.”

De fato, trata-se de mais uma política pública resultado da mobilização, organização e luta dos moradores. Neste caso, em 2023, representados pelo Fórum das Associações de Moradores da Maré — um espaço de articulação comunitária que reúne as diretorias das associações de moradores das 15 favelas do Território, com o apoio de instituições locais — conseguiram, junto à Presidência da República e seus Ministérios o compromisso para a reestruturação das políticas públicas na Maré. Com este feito, o Governo Federal instituiu um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) interministerial, no mesmo ano. Em janeiro de 2026, autoridades públicas de diversos ministérios e as lideranças comunitárias do Território celebraram, na FioCruz, o lançamento do Grupo de Trabalho Técnico da Maré (GTT Maré) que, permanentemente mobilizado, tem monitorado a implementação das ações previstas, fortalecendo o protagonismo e o controle social das políticas públicas como acreditamos que deva ser.

Que guinada extraordinária na visão do poder público em relação às favelas! Sabemos que esse reconhecimento de nossa dignidade e protagonismo — a afirmação de que a favela integra a cidade e tem direito a ela — ainda está longe de ser aceito por todos. A luta continua! Mas vivamos um dia de cada vez. É tempo de celebrar: Viva a luta dos moradores da Maré!

É fundamental que conheçamos, divulguemos e valorizemos essa longa história de lutas, os enormes preconceitos que as cercam e a forma como os temos superado ao longo do tempo. Essas memórias são alicerces para compreender o valor da conquista do PAC Maré e a importância de seguirmos em busca da nossa plena cidadania.

É por isso que a Redes da Maré passou a abrigar a Casa de Histórias e Memórias da Maré — um projeto que reconhece a memória como pilar fundamental da luta social por direitos, contra o esquecimento das nossas conquistas históricas e motor da transformação social. Um projeto que se dedica a resgatar nossas vivências, resistências e lutas, expondo as injustiças do passado e fortalecendo as batalhas do presente e do futuro.

*Marcelo Belford é integrante do
Movimento Popular em Nova
Holanda desde a década de 1980
e membro da Casa de Histórias e
Memórias da Maré*



Favela da Maré- Foto: Douglas Lopes

BALLROOM MARÉ FORTALECE CENA CULTURAL LGBTQIAPN+ NO TERRITÓRIO

Por: Marko Costa

A cultura Ballroom vem ganhando força no Conjunto de Favelas da Maré, reunindo pessoas LGBTQIAPN+ em um espaço de expressão artística e convivência. Inspirado nas comunidades negras e latinas LGBTQIAPN+ de Nova York nas décadas de 1970 e 1980, o movimento chegou ao território em 2017 e, desde então, passou a ocupar equipamentos culturais e espaços públicos da favela por meio de batalhas de vogue, performances, dança, moda e outras linguagens artísticas.

A iniciativa alcançou uma nova fase em 2023, quando realizou sua primeira grande ball oficial no Centro de Artes da Maré. Viabilizado com recursos obtidos na primeira edição do Lab Maré, iniciativa da Redes da Maré, o evento marcou a consolidação de um projeto que, ao longo dos anos, também passou pela Areninha da Maré e pelo Museu da Maré, reunindo participantes de diferentes regiões da cidade.

Pesquisadores que analisam a expansão da cultura Ballroom nas periferias brasileiras apontam que, ao chegar no país, o movimento passou a dialogar com expressões culturais locais, incorporando referências como o funk, o passinho e outras linguagens produzidas por jovens negros e LGBTQIAPN+.

O diagnóstico é apresentado no artigo “Entre vogues e mandelões: a cultura Ballroom brasileira e suas performances afrodiáspóricas”, apresentado no Encontro de Estudos

Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo os autores, essa adaptação fez com que o Ballroom desenvolvesse características próprias no Brasil, sem perder sua origem ligada às comunidades negras e latinas norte-americanas.

Da ocupação cultural ao fortalecimento de redes

Sob a liderança das artistas Legendary Lua Brainer e Legendary Kill Bill, o Ballroom Maré consolidou uma trajetória marcada pela ocupação de espaços culturais do território. Para Lua, realizar os eventos dentro da favela faz parte da proposta do coletivo.

“Hoje, a gente já tem um projeto bem forte, pensando o ballroom dentro do território de favela, e pensando nesses corpos nessa movimentação artística e cultural. A Maré não é só um lugar de passagem para a nossa cultura, é o ponto de partida. Trazer a nossa vivência LGBTQIAPN+ para o centro da favela, ocupando museus e praças, é mostrar que a nossa arte é uma ferramenta de sobrevivência e de celebração de quem nós somos. O Ballroom Maré existe para que esses corpos saibam que eles pertencem ao território e que suas histórias importam”, diz.

Estudos sobre a cultura Ballroom no Brasil

apontam que as balls cumprem uma função que vai além das apresentações artísticas. Além de difundir manifestações culturais como o vogue, esses encontros favorecem a construção de redes de apoio, a convivência comunitária e a afirmação de identidades negras, periféricas e LGBTQIAPN+. Esse entendimento aparece tanto em pesquisas sobre a cena brasileira quanto em entrevistas com pesquisadores e agentes culturais publicadas pelo Periferia em Movimento.

Lua afirma que esse impacto também pode ser percebido na participação crescente de familiares durante os eventos realizados na Maré.

“A Ballroom Maré vem provocando diversas vidas, não só vidas LGBTQs, mas famílias LGBTQs também. A gente tem um dado muito grande de participação familiar. Quando fazemos Ballroom na Maré, muitas famílias estão ali presentes prestigiando a arte de um artista da família. A Ballroom Maré vem trazendo esse impacto de educação, pedagogia de gênero, política, resistência artística e fortalecimento cultural dentro da favela.”

Segundo a artista, outro resultado desse processo é a circulação de pessoas de diferentes regiões da cidade para participar das atividades promovidas no território. O próximo objetivo do coletivo é conquistar um espaço fixo para ampliar a programação e fortalecer a rede construída ao longo dos últimos anos.

“A Ballroom Maré se tornou um grande polo de desenvolvimento de arte e cultura no território, e isso acabou atraindo diversas pessoas para viver essa experiência na Maré. O nosso sonho é ter um espaço fixo para que possamos ampliar ainda mais essa rede de apoio e acolhimento para pessoas cis e trans. Ter esse espaço como um patrimônio cultural da Maré seria incrível para todas nós e serviria de incentivo para outros territórios.”

Acompanhe a Ballroom Maré em @ballroomnamare



Ballroom na Areninha da Maré Foto: Gabi Lino



Lua Brainer em Ballroom na Areninha da Maré Foto: Gabi Lino

MAREENSE É INDICADO AO PRÊMIO PIPA 2026

Affonso Dalua é um dos indicados a uma das principais premiações da arte contemporânea no Brasil

Por: Jéssica Pires

Que a **Maré** é um território pulsante de arte e cultura, nós sabemos. A novidade é que nossa arte vem sendo cada vez mais reconhecida e valorizada. Tanto por quem consome, quanto por quem avalia. Em mais um movimento nesta direção, o artista, diretor visual e pesquisador de narrativas visuais na Maré, **Affonso Dalua**, foi um dos 63 indicados ao Prêmio PIPA, um dos principais prêmios da arte contemporânea brasileira.

Affonso Dalua é comunicador, artista visual e designer gráfico nascido e criado na Maré. Sua prática atravessa fotografia, performance, direção de arte e comunicação comunitária, investigando as relações entre memória, território, corpo e Direitos Humanos. Há mais de 10 anos, Dalua desenvolve uma pesquisa estética e política que articula narrativas LGBTQIAPN+ faveladas, tecnologias de imagem e produção de memória como forma de enfrentamento às violências estruturais.

“Essa indicação simbólica valida minha produção que nasce fora dos grandes circuitos da arte, mas que carrega potência estética, política e coletiva. Meu trabalho fala sobre corpo, território, ancestralidade, direitos humanos e também sobre

fabulação e futuro, sempre atravessado pelas experiências da Maré”, destaca Dalua.

Atualmente, o artista é coordenador de comunicação da Entidade Maré (movimento cultural fundado em 2020 por artistas LGBTQIAPN+, pessoas negras e profissionais da cultura da Maré) e integra o eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré. Sua obra tensiona os limites da fotografia popular ao incorporar intervenções gráficas e construções imagéticas que expandem o real, criando fabulações visuais a partir do território. Seu trabalho afirma a favela como espaço de produção de conhecimento, cultura e futuro.

Ele também já colaborou com o Maré de Notícias com um olhar generoso para a fotografia e outras artes visuais, e é o segundo artista mareense a ser indicado ao prêmio; depois do fotógrafo Bira Carvalho, indicado em 2020. No ano seguinte, Bira faleceu, deixando um legado sem precedentes para a fotografia popular e os fotógrafos da Maré. A organização do Prêmio PIPA homenageou o artista.

‘Essa indicação não é só minha, ela carrega muita memória e referência. Minha

obra carrega a estética favelada, seja nos arquivos que insistimos em preservar ou nas narrativas que constroem o meu lugar, a minha favela! Sou filho do mangue, sou filho da arte mareense!’, complementa.

O prêmio tem duas fases. A indicação e uma votação online aberta. É possível apoiar essa mobilização votando no artista até o dia 26 de julho, pelo site: www.premiopipa.com/affonso-dalua/

Affonso também está com uma exposição em cartaz na Galeria 535, no Observatório de Favelas, até o fim de setembro. Na exposição, o fotógrafo propõe uma imersão reflexiva e profunda sobre o mangue e a laje, que perpassam a história e a geografia da Maré numa travessia visual marcada por memória, imaginação e pertencimento. A galeria fica na Rua Teixeira Ribeiro, 535 - Nova Holanda.

Conheça mais do trabalho de Affonso nas redes sociais do artista:
[@affonsodalua](https://www.instagram.com/affonsodalua)

Sobre o Prêmio PIPA:

O Prêmio PIPA, criado em 2010, tem como objetivo apoiar a produção de arte contemporânea no Brasil. A premiação identifica, incentiva e celebra artistas em início de carreira com até 15 anos de trajetória profissional (contados a partir de sua primeira exposição), que apresentam produções potentes, diferenciadas e que ajudam a narrar o presente da nossa cultura.



Filho do Mangue - Foto: Affonso-Dalua

CAPAS QUE CONTAM A NOSSA HISTÓRIA



Acesse as edições anteriores e mais conteúdos em
maredenoticias.com

MARÉ
DE NOTÍCIAS